

A atuação do Pedagogo em Organizações da Sociedade Civil: espaços de justiça socioeducacional na efetivação dos Direitos Humanos

The Role of the Pedagogue in Civil Society Organizations: Spaces of Socio-Educational Justice in the Implementation of Human Rights

Iris Alves Correa¹

Universidade Federal de Alagoas, CEDU/CAPTV, Maceió-AL, Brasil

Raquel Alves Sobrinho²

Universidade Federal de Alagoas, CEDU/CAPTV, Maceió-AL, Brasil

Resumo: O presente estudo tem como objetivo analisar a atuação do pedagogo em Organizações da Sociedade Civil (OSC) como espaços de aprendizagem e desenvolvimento, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica e entrevista, articulando referências teóricas sobre educação não formal, justiça social, desenvolvimento infantil e políticas públicas. O artigo destaca a importância das OSC na promoção de direitos e no fortalecimento de vínculos comunitários, sobretudo em territórios marcados pela ausência do Estado. Como resultado, identifica-se a atuação do pedagogo nesses espaços como essencial e multifacetada, envolvendo mediação de saberes, escuta ativa, construção de vínculos e desenvolvimento de projetos de vida. O estudo apresenta a experiência do Centro de Recuperação e Educação Nutricional (CREN), localizado em Maceió-AL, como exemplo prático de atuação interdisciplinar no combate à desnutrição infantil, evidenciando a integração entre cuidado e educação na primeira infância. Conclui-se que o pedagogo, ao atuar em OSC, contribui significativamente para a inclusão social, a efetivação dos direitos humanos e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os ODS 2 (Fome Zero) e 4 (Educação de Qualidade). A pesquisa reforça a necessidade de valorização da prática pedagógica em espaços não escolares, reconhecendo seu caráter político, formativo e transformador.

Palavras-chave: OSC. Atuação do pedagogo. Justiça Social. Políticas Públicas.

Abstract: This study aims to analyze the role of the pedagogy in Civil Society Organizations (OSCs) as spaces for learning and development, especially in contexts

¹ Docente da Rede Municipal de Educação de Maceió – AL, Brasil. Atuando na Universidade Federal de Alagoas – CEDU/CAPTV - UFAL. Especialização em Coordenação Pedagógica. Pedagoga, Universidade Federal de Alagoas-UFAL. Email: irjis.ac@gmail.com

² Docente da Universidade Federal de Alagoas – CEDU/CAPTV - UFAL, Brasil. Doutora em Educação, pela Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, Brasil. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Pedagogias e Culturas Infantis (CEDU-UFAL) e do Grupo de Pesquisa Educação, Diversidade, Inclusão e Equidade (EDIE/FVC). E-mail: raquel.sobrinho@cedu.ufal.br

of social vulnerability. The research adopts a qualitative approach, based on a literature review and document analysis, drawing on theoretical references on non-formal education, social justice, child development, and public policies. The article highlights the importance of OSCs in promoting rights and strengthening community ties, particularly in areas marked by the absence of the State. As a result, the pedagogue's role in these spaces is identified as essential and multifaceted, involving knowledge mediation, active listening, bond building, and life project development. The study presents the experience of the Centro de Recuperação e Educação Nutricional (CREN), located in Maceió-AL, as a practical example of interdisciplinary action to combat child malnutrition, demonstrating the integration of care and education in early childhood. The study concludes that pedagogues working in OCSs contribute significantly to social inclusion, the accomplishment of human rights, and the achievement of the Sustainable Development Goals (SDGs), especially SDG 2 (Zero Hunger) and SDG 4 (Quality Education). The research reinforces the need to value pedagogical practice in non-school settings, recognizing its political, formative, and transformative nature.

Keywords: OSC. Pedagogy's role. Social Justice. Public Policies.

Introdução

As organizações sociais do país têm uma relevante importância no que diz respeito a promover a justiça social, respeitando os direitos humanos, tendo como mola propulsora a educação. Na maioria destes espaços, está o pedagogo, este profissional, que mesmo em espaço não-formal, tem ampliado a efetivação da justiça social, através da educação. Os espaços não formais, denominados de Organizações da Sociedade Civil (OSC), trabalham na tríade Educação, Justiça Social e Direitos Humanos. Algumas delas trabalham com a questão da insegurança alimentar, especialmente na Primeira Infância, pois, de acordo a Lei nº 13.257/2016, o artigo 2º “considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança” (Brasil, 2016).

Nesse sentido, Vygotsky (1998, p. 89) afirma que “o aprendizado da criança começa muito antes do ingresso na escola e, de fato, desde os primeiros dias de vida ela já começa a aprender, inicialmente por meio do contato com os adultos”. O autor reforça a importância das interações e da qualidade das relações no processo educativo e para que isto seja concretizado a criança precisa estar alimentada e nutrida.

A insegurança alimentar no país, ainda é alarmante, mesmo com a ampliação na quantidade de beneficiários e aumento no repasse financeiro do programa Bolsa

Família do Governo Federal, o Brasil ainda continua com números significativos de famílias vivendo abaixo da linha de pobreza, com destaque para o estado de Alagoas. Segundo a Rede Penssan (2022), mais de 33 milhões de brasileiros vivem em situação de fome, sendo Alagoas um dos estados com maiores índices de insegurança alimentar grave.

A motivação para discutir as OSC como espaços de aprendizagem e desenvolvimento, se deu por conviver com territórios marcados por profundas desigualdades sociais, e por vulnerabilidade em diversas dimensões, historicamente desassistidos pelo poder público e pelos agentes governamentais, inclusive no campo educacional nos quais a escola formal, muitas vezes, não consegue garantir os direitos básicos de crianças, jovens e adultos. Diante a problemática supra citada, a pesquisa traz como problema compreender como a atuação do pedagogo, nesses espaços não formais, tem validado a educação como uma prática social que extrapola os muros da escolar regular da comunidade maceioense.

E como objetivo geral analisar a atuação do pedagogo, nesses espaços não formais, validando a educação como uma prática social que extrapola os muros da escolar regular da comunidade maceioense. E como objetivos específicos: identificar a OSC que tem garantido os direitos, promoção da justiça social e educacional; Compreender quais atendimentos a OSC realiza no fortalecimento de vínculos comunitários; Descrever o papel desempenhado pelo pedagogo na OSC, diante a oferta de atividades educativas, culturais e de proteção social, na promoção do desenvolvimento humano em sua integralidade.

Através do modelo de abordagem social qualitativa, a opção por essa perspectiva justifica-se no fato de “abordar temas que não podem ser quantificados em equações e estatísticas, ao contrário estudam-se os símbolos, as crenças, os valores e as relações humanas de determinado grupo social.” (Minayo, 2012, p. 21), Ainda, de acordo com a referida autora, a “análise qualitativa não é uma mera classificação de opinião dos informantes, é muito mais. É a descoberta de seus códigos sociais a partir das falas, símbolos e observações.” (Minayo, 2012, p. 27). Nesta perspectiva o pedagogo, atua como mediador de saberes, articulador de direitos e agente político.

A pesquisa foi realizada através de visita e conversa com a presidente, a gerente e a pedagoga da OSC. Logo em seguida foi aplicado por meio do *Google Forms* um questionário, sobre as dimensões política da instituição; a dimensão administrativa-financeira e por fim, a dimensão pedagógica. Para isso, optou-se como

técnica a análise de conteúdo que “[...] leva em consideração as significações (conteúdos), eventualmente a sua forma e a distribuição desses conteúdos e formas (índices formais e análises de coocorrência).” (Bardin, 2016, p. 49). E para resguardar a identidade dos sujeitos da pesquisa será dado a elas nomes de Marias, por ser um nome que representa força. Assim, se deu as análises de conteúdo, mediante as combinações entre falas e significações.

Sobrinho (2023) reforça esse aspecto ao afirmar que as OSC são territórios educativos onde se constroem outras possibilidades de vida, sobretudo em comunidades periféricas. Nesse cenário, a atuação pedagógica adquire contornos éticos e sociais, contribuindo para uma educação transformadora e promotora de cidadania. Além disso, o pedagogo exerce papel relevante na avaliação e sistematização das práticas desenvolvidas pelas OSC, contribuindo para a sua legitimação como ambientes educativos. Com o advento do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil através da Lei nº 13.019/2014, (Brasil, 2014), sua atuação técnica e pedagógica é valorizada, sobretudo na elaboração de planos de trabalho, indicadores de avaliação e relatórios que asseguram a qualidade e o compromisso social das ações realizadas. O pedagogo contribui significativamente para a inclusão social, aproximando a comunidade e as ações que dialogam com a realidade local e fortalece o protagonismo comunitário.

OSC como garantidora de direitos e promotora da justiça socioeducacional

As Organizações da Sociedade Civil (OSCs) vêm se consolidando como importantes agentes na promoção da justiça socioeducacional, ao atuarem na defesa de direitos fundamentais e na ampliação da participação cidadã. Em contextos de exclusão social e vulnerabilidade, essas organizações preenchem lacunas deixadas pelo Estado, sobretudo nas áreas da educação, saúde e assistência social. Para Maria da Glória Gohn (2012, p. 22), “as OSCs são portadoras de uma nova racionalidade social e política que amplia as possibilidades de participação da população nas decisões sobre os rumos da sociedade”. Essa perspectiva evidencia o papel ativo das OSCs na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Ao promoverem práticas educativas voltadas à transformação social, as OSCs se articulam com os movimentos sociais, mobilizando sujeitos historicamente marginalizados e criando espaços de aprendizagem crítica e emancipadora. Essas

práticas vão além da educação formal, incorporando saberes comunitários, experiências de vida e o fortalecimento das identidades coletivas. Conforme Gohn (2012, p. 45), “a educação nos movimentos sociais é política, no sentido de formar sujeitos históricos capazes de intervir no mundo em que vivem”. Nesse sentido, a atuação das OSCs contribui diretamente para a construção da justiça socioeducacional, ao garantir o acesso à educação como um direito e não como privilégio.

A justiça socioeducacional defendida pelas OSCs está baseada na promoção da equidade, da inclusão e do reconhecimento da diversidade cultural e social dos grupos com os quais atuam. As ações desenvolvidas por essas organizações são, muitas vezes, voltadas a populações em situação de risco ou negligência, como crianças, adolescentes, mulheres, negros e indígenas. Segundo Gohn (2012, p. 60), “as OSCs atuam como mediadoras entre o poder público e a sociedade civil, fazendo com que as demandas populares cheguem aos espaços institucionais”. Esse papel de mediação fortalece a democracia participativa e a formulação de políticas públicas mais sensíveis às reais necessidades da população.

Assim, compreender as OSCs como garantidoras de direitos e promotoras da justiça socioeducacional é reconhecer sua importância estratégica na luta por uma educação transformadora e comprometida com a cidadania ativa. Elas não apenas atuam na denúncia das desigualdades, mas também propõem alternativas concretas, fortalecendo processos de organização coletiva e de formação crítica. Como afirma Gohn (2012, p. 88), “as ações educativas das OSCs e dos movimentos sociais revelam novas formas de pensar e fazer política, onde a educação é vista como prática social emancipatória”. Trata-se, portanto, de valorizar uma dimensão educativa que se constrói no cotidiano das lutas sociais e no compromisso com a transformação da realidade.

O Centro de Educação e Recuperação Nutricional (CREN) – Maceió, é uma OSC, construída em parceria com o BNDES em 2007, com o objetivo de recuperar crianças desnutridas. Acreditava-se que vencendo a desnutrição estava favorecendo o desenvolvimento global dessas crianças, evitando doenças crônicas na idade adulta, ao mesmo tempo diminuindo as desigualdades sociais que tantos ônus trazem aos próprios indivíduos, famílias e a própria sociedade. Porém, ao longo dos anos percebeu-se que a educação precisa fazer parte deste processo, pois as pessoas precisavam entender a sua condição, fazer com que refletissem. Assim, o trabalho que

era assistencialista passar a ter um perfil educativo.

Vale salientar que, no relatório UNICEF 2006, a Situação da Infância Brasileira: O Direito à Sobrevivência e ao Desenvolvimento, no capítulo Desnutrição – atenção à criança desnutrida - o CREN é referendado descrevendo que:

Todas as estratégias citadas são importantes para prevenir a desnutrição infantil, mas têm poder limitado de resolver os casos em que o quadro de desnutrição já está instalado. Nessas situações, dependendo da gravidade, é preciso que a criança seja encaminhada a um ambulatório ou hospital. Assim o problema pode ser tratado e se impede que ele volte a aparecer, rompendo o círculo vicioso formado pela desnutrição e pelas doenças recorrentes.

É difícil avaliar se o sistema de saúde e os profissionais da área no Brasil estão preparados para lidar com esses casos. Um dos requisitos necessários para o atendimento eficiente é o trabalho multiprofissional envolvendo médico, nutricionista e assistente social, de forma a abordar os diferentes aspectos da questão.

Uma alternativa ao tratamento dos casos de desnutrição infantil nos hospitais é criar unidades especializadas para o atendimento. Uma referência nacional são os Centros de Recuperação e Educação Nutricional (Cren): atende crianças desnutridas em regime de semi-internato ou ambulatorial e realiza trabalhos diretamente nas comunidades, com as crianças e suas famílias (UNICEF, 2006, p.48)

Com muito orgulho a presidente Maria Lís (entrevista realizada em 21 de maio de 2025) relatou a referência da UNICEF(2006) ao trabalho desenvolvido pelo Centro de Recuperação e Educação Nutricional (CREN). Uma vez que, em Alagoas, a OSC, tem como missão potencializar a transformação e resgatar a vida de crianças entre 0 e 6 anos de vida, enfrentando a subnutrição e a obesidade nutrindo corpo, mente e relações para o desenvolvimento integral da pessoa e da família, tendo a educação como base fortalecedora.

Nesse contexto, o pedagogo desempenha um papel indispensável, atuando como mediador das aprendizagens e promotor de experiências educativas que respeitam o estágio de desenvolvimento das crianças e suas condições de saúde. Sua prática pedagógica inclui atividades lúdicas, educativas e formativas, bem como a orientação de famílias, realização de oficinas e fortalecimento dos vínculos afetivos e sociais. Ao integrar cuidado e educação, a atuação do pedagogo no CREN contribui para o desenvolvimento integral da criança e para a construção de uma rede de apoio que envolve escola, saúde, família e comunidade.

A OSC CREN atualmente possui parcerias a exemplo da Fundación MAPFRE, Governo do Estado de Alagoas, Prefeitura de Maceió, Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Centro Universitário (CESMAC), Cooperativa Regional dos Produtores de Açúcar e Alcool de Alagoas, Universidade Tiradentes (UNT), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), ESTÁCIO/FAL, Universidade de São Paulo (USP) e outras. Segundo a gerente Maria Flor (entrevista realizada em 21 de maio de 2025) destacou:

[...] mesmo diante a estas parcerias, a Instituição ainda encontra dificuldades para manter estes projetos, por ser uma instituição sem fins lucrativos, o trabalho requer uma constância na participação de editais governamentais e da iniciativa privada que fomentem recursos para as diversas atividades que a instituição promove e executa. Além do trabalho de sensibilização da pessoa física para contribuir de forma contínua eles.

Quando perguntado sobre como é mantida a segurança do patrimônio da Instituição? A gerente Maria Flor (entrevista realizada em 21 de maio de 2025) relata que os serviços de vigilância que a unidade dispõe corresponde à presença de um membro da comunidade na unidade durante expediente e a noite para resguardar o patrimônio por vídeo monitoramento.

OSC no fortalecimento de vínculos comunitários

O CREN possui atendimento em regime de semi-internato ou hospital-dia - acompanhando crianças de famílias em vulnerabilidade social entre 1 a 5 anos com desnutrição moderada a grave, recebendo 4 refeições por dia de segunda a sexta das 8h às 17h. Com práticas pedagógicas em sala, oficinas de educação nutricional, atividades recreativas. A pedagoga Maria Sophia (entrevista realizada em 21 de maio de 2025) relatou que, “devido a falta de mobilidade das famílias, as matrículas tem tido quedas, agravando a evasão das crianças”. As atividades pensadas, no decorrer da semana, estão de acordo aos documentos oficiais tendo as interações e brincadeiras, como eixos estruturantes das atividades, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo das crianças, de acordo com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2017).

A pedagoga Maria Sophia (entrevista realizada em 21 de maio de 2025) aponta

que, “são inúmeras atividades desenvolvidas contribuindo para o desabrochar do fazer nas oficinas criativas “cultura maker” que promovem a interação social no fazer coletivo”. E é nesse processo da cultura faça você mesmo, a filosofia da cultura maker, é que vão se consolidando aprendizagens significativas na e para a construção coletiva. A gerente Maria Flor (entrevista realizada em 21 de maio de 2025), relata que:

O atendimento em regime ambulatorial é realizado para crianças com desnutrição leve, sobrepeso e obesidade, nas diversas especialidades: médica-pediátrica, nutricional, psicológica e odontológica, além de atendimentos para adultos e idosos, com ou sem comorbidades por profissionais das áreas de nutrição, psicologia e serviço social.

Cada um desses especialistas possui um leque de atribuições.

A presidente Maria Lís (entrevista realizada em 21 de maio de 2025) descreve que “os setores - Serviço Social, Psicologia, Nutrição - realizam atendimentos individuais e grupos, bem como visitas domiciliares as famílias”. O setor do serviço social tem como objetivo mapear o território e a vulnerabilidade social da comunidades assistidas, orientando-as na regularização de documentos e programas de assistências do governo. Já o setor de psicologia realiza visitas domiciliares com o intuito de verificar a relação familiar das crianças do semi-internato. Estes profissionais trazem informações importantes para os demais setores.

Assim, como os demais profissionais acima descritos o setor de nutrição, também, realiza atendimentos individuais e grupos, oficinas com as crianças e com mães e/ou responsáveis, além de visitas domiciliares “orientando e reforçando quanto aos cuidados de higiene e como aproveitar melhor os alimentos que as famílias têm acesso, através da educação alimentar e nutricional”, afirma a pedagoga Maria Sophia (entrevista realizada em 21 de maio de 2025).

Já o setor de Odontologia, realiza atendimentos individuais oriundas de demandas interna e externa. As atividades em grupos na instituição e nas comunidades, estão voltadas a educação, a exemplo das orientações sobre escovação e cuidados com a higiene bucal. O setor de Pediatria, realiza atendimentos individuais em crianças de 0 a 12 anos incompletos, orientando as famílias nos cuidados preventivos ou curativos. Participa de discussões de casos clínicos de crianças acompanhadas em semi-internato.

Ainda sobre o setor de saúde, no tange ao atendimento às mulheres, a ginecologia fomenta a saúde da mulher com atendimentos individuais, através de exames de ultrassom, quando necessário, colocação de Dispositivo Intrauterino (DIU) tendo a educação como viés para o planejamento familiar. Ainda no campo da educação, a ginecologista realiza orientação preventivamente sobre Doenças Transmitidas Sexualmente (DTS) e cuidados preventivos sobre a saúde da mulher.

Para a comunidade onde o CREN está localizado a gerente Maria Flor, descreve que a instituição realiza: cursos de crochê, singeleza, artesanato, culinária e alimentação saudável. “Ao longo desses 18 anos de existência do CREN já atendeu a 81.000 pessoas nas comunidades, 20.250 famílias, 24.400 crianças e servimos 13.300 refeições.³

Assim, a atuação do pedagogo em OSC é de extrema relevância, pois ele é o responsável por orientar didaticamente aos demais setores, realizando a mediação de saberes com uma escuta ativa na efetivação de direitos nas áreas de saúde, educação e assistência social.

O papel desempenhado pelo pedagogo na OSC

Diante a oferta de atividades educativas, culturais e de proteção social, na promoção do desenvolvimento humano em sua integralidade. O pedagogo desempenha papel importante no processo de recuperação e fortalecimento das crianças em situação de vulnerabilidade. O CREN, ao integrar pedagogos em sua equipe, adota uma abordagem interdisciplinar que considera a criança em sua totalidade – corpo, mente e relações. Essa prática dialoga diretamente com os princípios da Agenda 2030 com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sobre o Fome Zero e a Educação de Qualidade. Ambos necessários para a construção de políticas públicas integradas, mais humanas e comprometidas com o desenvolvimento infantil e a justiça social.

Na perspectiva da educação de qualidade, foi perguntado a pedagoga Maria Sophia (entrevista realizada em 21 de maio de 2025) a respeito da proposta educativa da instituição, ela respondeu que:

A OSC tem como proposta educativa o cuidar e o educar, de forma

³ **Fonte:** CREN. Disponível em: <https://www.cren-al.org.br/> Acesso: 05 maio de 2025.

integral. A proposta está voltada para a melhoria da qualidade de vida, inclusão social e formação de sujeitos autônomos e participativos. A proposta pedagógica costuma ser desenhada de forma mais centralizada, muitas vezes por gestores ou técnicos, acompanhando a elaboração e a execução de todos os projetos desenvolvidos na entidade.

A crítica se dá em relação da falta da escuta dos usuários infantis. Já com relação aos familiares, acompanhantes destas crianças é proporcionada a promoção de desenvolvimento humano por meio da oferta de cursos profissionalizantes.

No que tange as capacitações profissionais, a pedagoga Maria Sophia (entrevista realizada em 21 de maio de 2025) revelou que trabalha também como “mediadora do conhecimento, buscando integrar os saberes técnicos às vivências e necessidades dos participantes, que muitas vezes enfrentam vulnerabilidades sociais, educacionais e econômicas”. A pedagoga afirma que:

O objetivo não é só oferecer uma formação técnica, mas também contribuir para o fortalecimento da autoestima, da autonomia, da cidadania e da inserção digna no mundo do trabalho, e para esse trabalho sair com excelência, é necessário um trabalho interdisciplinar, eu sempre atuo em parceria com a psicóloga e com a assistente social (entrevista realizada em 21 de maio de 2025).

De acordo com Escosteguy (2017), o pedagogo que atua em Organizações da Sociedade Civil assume um papel central na mediação dos processos educativos, promovendo o diálogo entre saberes acadêmicos e populares. Sua atuação envolve escuta ativa, respeito às experiências dos sujeitos e compromisso com a transformação social, características fundamentais da educação popular. O educador popular deve compreender a realidade dos sujeitos com quem trabalha, reconhecendo e respeitando seus saberes e experiências de vida. Essa abordagem permite que o processo educativo seja significativo e contextualizado, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos comunitários e para a transformação social. Nesses contextos, o pedagogo desempenha um papel crucial na promoção da participação ativa dos sujeitos, na construção de uma consciência crítica e na luta pela efetivação dos direitos sociais (Freire, 2013).

A pedagoga Maria Sophia (entrevista realizada em 21 de maio de 2025) relata alguns projetos socioeducativos desenvolvidos para a comunidade, muitos deles continuam ativos, a saber:

- Sabores da Vida: Promovendo Alimentação Adequada e Saudável para Comunidades em Vulnerabilidade Social em Maceió/AL
- Qualificação da Atenção Primária como Ordenadora das Redes de Atenção à Saúde – RAS.
- Vencendo a Má Nutrição Por um Desenvolvimento Econômico Sustentável para Todos.
- Projeto de combate à desnutrição infantil na cidade de Maceió-AL
- Prestação de serviços de Saúde da mulher, atendimento ginecológico e planejamento familiar, no Centro de Recuperação e Educação Nutricional
- Projeto de Desenvolvimento do CREN - Centro de Recuperação Educação Nutricional para crianças desnutridas entre 18 e 60 meses moradoras de comunidades em vulnerabilidade social da cidade de Maceió.
- Projeto de Capacitação em corte, costura e artesanato, confeitaria, alimentos saudáveis e assistente administrativo de mães/mulheres para desenvolvimento de renda própria e apoio ao ingresso ao mercado de trabalho.

Quando interpelada sobre como acontece as formações continuadas com professores/ educadores sociais/oficineiros/facilitadores. A Pedagoga Maria Sophia (entrevista realizada em 21 de maio de 2025) , respondeu que “a formação continuada com os professores das crianças da instituição é bem fragilizada, existe uma resistência em liberar a equipe para participar de momentos formativos. Então, fica limitado esses momentos de formação continuada”. Percebe-se uma falta de entendimento da importância da formação continuada para a condução da práxis pedagógica bem como estreitar laços com os demais colaboradores da Instituição. Quando perguntado sobre possíveis situações de conflitos e como lidam com essas situações.

A gerente entrevistada Maria Lís Maria Sophia (entrevista realizada em 21 de maio de 2025) respondeu que, “assim como na maioria das empresas, há conflitos interpessoais entre os participantes, questões emocionais e má comunicação. E para lidar com essas situações, fazemos sempre práticas de escuta ativa, acolhimento e diálogo, construção coletiva de regras, desenvolvimento de habilidades socioemocionais e fortalecimento do vínculo entre educadores e educandos”. Como a instituição possui uma equipe multidisciplinar a pedagoga recorrer aos setores de psicologia e assistência social.

Quando perguntado sobre como os projetos e/ou eixos são trabalhados com as crianças com necessidades especiais de forma inclusiva ou integrada. A gerente Maria Flor Maria Sophia (entrevista realizada em 21 de maio de 2025) respondeu que “de forma integrada, pois não existe adaptações adequadas as necessidades específicas”. Acrescentou que:

Os professores/ educadores sociais/oficineiros/facilitadores refletem a sua prática junto a coordenação diante as atividades propostas em reuniões, toda última semana do mês a equipe técnica é reunida, com representantes de todos os setores da instituição para discutir a execução das demandas do mês finalizado e planejar as atividades para o mês seguinte.

Não deixando claro se há tempo hábil para discutir todas as demandas. Atualmente a proposta pedagógica que a instituição está seguindo destaca o protagonismo infantil, promovendo uma integração genuína entre o ato de cuidar e o de educar, fundamentada nos eixos estruturantes da interação e do brincar, tendo como Referencial Curricular para a Educação Infantil diretrizes alinhadas à BNCC e às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que busca avançar na construção de um currículo que valorize experiências diversas e significativas na primeira infância. A respeito dos instrumentos/documentos utilizados para avaliar o processo de aprendizagem das crianças, “se dá através dos registro de observação e relatórios descritivos”, afirma a pedagoga Maria Sophia (entrevista realizada em 21 de maio de 2025). O pedagogo, nos espaços não formais, atua como articulador de experiências educativas e afetivas que dialogam diretamente com a realidade social dos sujeitos (Freire, 2013).

Sua atuação transcende o planejamento de atividades pedagógicas, incluindo a escuta sensível, a mediação de conflitos, a construção de vínculos e o fortalecimento da identidade individual e coletiva. Nesses espaços, o pedagogo contribui para a construção de projetos de vida e a defesa dos direitos humanos, evidenciando a centralidade da dimensão formativa dentro das OSC (Sobrinho, 2023).

Considerações Finais

A escolha por investigar essa temática tendo como objetivo geral analisar a atuação do pedagogo, nesses espaços não formais, validando a educação como uma

prática social que extrapola os muros da escolar regular da comunidade maceioense. Decorre da crença na potência educativa das OSC e no papel fundamental do pedagogo como agente de transformação social. Tornando-se urgente fomentar discussões sobre práticas educativas comprometidas com os direitos humanos e a justiça social, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades.

A atuação do pedagogo em espaços não escolares, especialmente enquanto pedagogo social, exige não apenas competências técnicas específicas, mas também sensibilidade humana, solidariedade e um firme compromisso político com os educandos, seus familiares e comunidade local. Pois, trata-se de uma prática educativa que, ao ser situada no contexto das lutas sociais, assume um caráter político-pedagógico, voltado para o resgate e a efetivação da cidadania plena por meio de uma práxis comprometida com a transformação social. Uma vez que todos os setores, psicologia, assistência social, nutrição, odontologia, pediatria e ginecologia, utilizam-se da educação para proporcionar aprendizagens significativas tem o pedagogo como suporte as suas práxis, pois ele detem da didática.

O CREN realiza um tripé de políticas públicas - Saúde – Educação – Assistência Social -, tendo a educação como balizadoras de todas elas e o pedagogo como o maestro dessa orquestra. Além do atendimento especializado nas dependências do CREN, sob ótica dos direitos humanos, o método de combate à desnutrição prevê atividades com as famílias e a comunidade onde essas crianças estão inseridas, mediante visitas domiciliares, orientações à população, oficinas de trabalho, educação nutricional, cursos para agentes comunitários e profissionais do Programa de Saúde da Família (PSF), tendo a educação como caminhos possíveis para a informação e conscientização humana, fortalecendo vínculos comunitários.

Assim, a primeira infância é uma etapa crucial para o desenvolvimento humano. Nessa fase, estabelecem-se as bases cognitivas, afetivas, sociais e motoras que acompanharão o sujeito ao longo da vida. Pesquisas indicam que as experiências vividas nesse período impactam de forma duradoura o cérebro e o comportamento. Assim, garantir alimentação e estímulos adequados, vínculos afetivos seguros e ambientes acolhedores é essencial para o desenvolvimento pleno da criança.

Referências

BRASIL. IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares: 2008-2009**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Cairu em Revista – Sociedade, Educação, Gestão e Sustentabilidade. Salvador, ano 14, n, 27, p. 01-15, jan./jul. 2025, ISSN 2237-7719.

Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento.

BRASIL. **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.** Institui o marco regulatório das organizações da sociedade civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 151, n. 147, p. 1-3, 1 ago. 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016.** Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Diário Oficial da União (DOU) de 9 de março de 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

ESCOSTEGUY, Cléa Coitinho. **Educação popular.** Revisão técnica: Márcia Paul Waquil, Ângela Ribas dos Santos. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação.** Coleção Questões da Nossa Época, v. 37. São Paulo: Cortez, 2012.

GRACIANI, Maria. S. S. Pedagogia social: impasses, desafios e perspectivas em construção. In: I Congresso Internacional de Pedagogia Social, 1. **Anais eletrônicos. Faculdade de Educação,** Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br> Acesso: 01 maio 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2012.

PROGRAMA Das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano de 2019:** além da renda, além das médias, além do hoje: desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Brasília: PNUD, 2019. 366 p.

SAPIENZA, Graziela. PEDROMÔNICO, Márcia Regina Marcondes. Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. **Psicologia em Estudo,** v. 10, n. 2, p. 209-216, 2005.

SILVEIRA, K. B. et al. **Association between malnutrition in children living in slums, maternal nutritional status, and environmental factors.** Jornal de Pediatria (Rio J), v. 86, n. 3, p. 215-220, 2010.

SOBRINHO, R.A. **As tecnologias digitais nas instituições de ensino comunitário de Camaçari/Ba:** aspectos da gestão educacional nas políticas públicas de inclusão digital e educação infantil. 2023. 238 p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa

de Pós-Graduação. Universidade Federal da Bahia/Salvador (UFBA), Salvador, 2023.

UNICEF. **Situação da infância brasileira 2006**: crianças de até 6 anos: o direito à sobrevivência e ao desenvolvimento. Brasília: UNICEF, 2005.

VEIGA, G. R. S. et al. **Dyslipidaemia and undernutrition in children from impoverished areas of Maceió, state of Alagoas, Brazil**. International Journal of Environmental Research and Public Health, v. 7, p. 4139-4151, 2010.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1998.